



**PRIMEIRO  
MINISTRO**

**DISCURSO DE ENCERRAMENTO DE  
SUA EXCELÊNCIA O PRIMEIRO-MINISTRO  
DR. RUI MARIA DE ARAÚJO  
POR OCASIÃO DA REUNIÃO COM OS PARCEIROS DE DESENVOLVIMENTO  
DE TIMOR-LESTE DE 2015**

**Díli  
6 de Junho de 2015**

Excelência ex-Primeiro-Ministro, Dr. Mari Alkatiri  
Senhora Ministra do Planeamento e Cooperação Internacional da República Centro-Africana,  
Florence Limbio  
Caros colegas membros do Governo  
Distintos Deputados  
Senhoras e Senhores Embaixadores  
Senhores Representantes do Corpo Diplomático  
Senhores Diretores e Funcionários Públicos  
Senhoras e senhores,

Obrigado por participarem em mais uma Reunião com os Parceiros de Desenvolvimento, que foi muito bem-sucedida.

Esta reunião deu novo vigor à nossa parceria e permitiu-nos focar nos nossos objetivos comuns e na forma como os queremos concretizar.

Durante as reuniões bilaterais e as discussões de hoje incidimos na forma como iremos consolidar as nossas instituições e melhorar as vidas dos cidadãos timorenses.

Sabemos que muitos dos nossos parceiros de desenvolvimento estão a renovar os seus planos de colaboração com Timor-Leste. Esta reunião permitiu-nos garantir que, tal como previsto no Novo Acordo para o Envolvimento em Estados Frágeis, os vossos planos para Timor-Leste estão identificados e alinhados com as nossas prioridades nacionais.

Quero agradecer ao Ministro dos Negócios Estrangeiros e Cooperação, Hernâni Coelho, por liderar as reuniões bilaterais e pela sua discussão sobre a importância da coordenação com os nossos parceiros de desenvolvimento neste âmbito.

Timor-Leste fez grandes progressos enquanto nação. Podemos orgulhar-nos do que já conseguimos. Não obstante isto, continuamos a ser um Estado frágil que precisa consolidar as suas instituições e aumentar a sua resiliência. Não podemos tornar-nos uma nação estável, pacífica e próspera sem construirmos instituições sólidas e responsáveis.

Aprendemos com a experiência que sem instituições fortes o nosso Estado é frágil. É por essa razão que temos feito tantos esforços para profissionalizar e treinar a nossa polícia nacional e as nossas forças armadas, bem como a nossa função pública e o nosso setor da justiça.

É, também, por esta razão que estamos a encetar uma reforma na administração pública, a fim de criar uma função pública efetiva e produtiva que seja responsável e responda perante os nossos cidadãos.

Estamos, igualmente, a dar prioridade à reforma do nosso sistema jurídico para harmonizar as nossas leis e criar um setor da justiça produtivo e funcional. Isto é essencial, já que todos sabemos que sem Estado de direito e sem justiça não é possível construir uma sociedade em que haja estabilidade e em que os cidadãos confiem no Estado.

Senhoras e senhores,

Nesta reunião incidimos na importância da consolidação das nossas instituições e nos desafios que se deparam para os nossos setores políticos.

Tive, hoje, o prazer de poder participar na sessão sobre o Setor Social e as Auditorias Sociais.

Tal como referi nessa sessão, temos desafios no setor social, relativamente à melhoria da qualidade e da cobertura da prestação de serviços e à desconcentração das responsabilidades pela prestação de serviços.

Para dar resposta a estes desafios, o novo Governo desenvolveu um mecanismo de coordenação com vista a conduzir a produtividade do setor público e a estabelecer ligações políticas dentro do setor.

Sem coordenação entre as nossas linhas ministeriais não será possível obter resultados. Por exemplo, não será possível melhorarmos os resultados a nível de ensino se as nossas crianças não estiverem bem alimentadas e se não receberem os cuidados de saúde primários e o apoio familiar de que necessitam.

É por esta razão que o mecanismo de coordenação e que o papel do Ministro de Estado, Coordenador dos Assuntos Sociais é tão importante para garantir que as linhas ministeriais trabalham lado a lado em questões transversais. Precisamos de uma verdadeira resposta, a nível de todo o Governo, para atingir o nosso objetivo partilhado de inclusão social e desenvolvimento social.

Para tal precisamos reforçar a nossa capacidade administrativa. Isto significa, em primeiro lugar, que precisamos de bons dados para podermos desenvolver e implementar programas com base em elementos concretos e não somente na nossa perceção.

Em segundo lugar, precisamos melhorar a capacidade dos nossos administradores do setor público, em termos de planear o futuro, de modo a que possam dar resposta a problemas emergentes. A nossa administração precisa ser capaz de antecipar desafios futuros, ao invés de se limitar a esperar que os problemas surjam para então os procurar resolver.

No entanto, a obtenção de resultados no setor social não é da responsabilidade exclusiva do Governo. Compete, também, à Sociedade Civil e ao povo, através de uma participação inclusiva.

A Sociedade Civil pode desempenhar um papel importante na monitorização e reporte da prestação de serviços sociais ao Governo. Isto deve ser feito de uma forma rigorosa, com o fornecimento de dados e elementos concretos aos nossos Ministros Coordenadores, a fim de permitir ao Governo dar uma resposta aos problemas e assim melhorar os serviços sociais.

O papel mais valioso para a Sociedade Civil consiste em participar para alcançar resultados. É por esta razão que assinámos um Memorando de Entendimento com a Sociedade Civil, para a realização de Auditorias Sociais, a fim de garantir a transparência e a responsabilização na prestação e cobertura de serviços sociais.

Senhoras e senhores,

Sabemos, também, que um dos desafios na construção de uma nação estável e próspera prende-se com a diversificação da nossa economia e a obtenção de sustentabilidade fiscal. Muitos de nós, aqui hoje reunidos, falaram da necessidade de um roteiro para dinamizar o setor económico de Timor-Leste. Sem sustentabilidade fiscal não teremos condições para realizar o trabalho árduo necessário para consolidar as nossas instituições e melhorar a prestação de serviços.

Apraz-me constatar que houve consenso entre o Governo, a Sociedade Civil, os representantes do Parlamento Nacional e a comunidade de parceiros de desenvolvimento, em relação à necessidade de dar prioridade ao reforço e diversificação da nossa economia e à obtenção de sustentabilidade fiscal.

Estou ansioso por trabalhar convosco, com o apoio dos nossos parceiros de desenvolvimento, na reforma do nosso sistema fiscal, na revisão da nossa despesa e na diversificação da nossa economia. Com a queda das receitas do petróleo precisamos começar a equilibrar melhor as nossas receitas e despesas, de modo a assegurar a nossa sustentabilidade fiscal. Isto passa pela conceção e implementação de um sistema tributário justo e simples, que permita o alargamento da nossa base tributária e que assegure as receitas necessárias para apoiar as nossas instituições e o seu papel a nível da prestação de serviços.

Senhoras e senhores,

Hoje falámos, igualmente, na reforma do setor da justiça e ouvimos o Ministro de Estado, Coordenador dos Assuntos da Administração do Estado e da Justiça e Ministro da Administração Estatal, Dionísio Babo Soares.

Sem um sistema jurídico eficaz que garanta justiça e sem um Estado de direito não é possível construir um Estado sólido, sustentável e que inspire confiança. Para reforçar o nosso sistema de justiça iremos trabalhar em cooperação estreita com o setor da justiça, para analisar a nossa situação atual, garantir que temos um corpo de leis sensíveis e coerentes e garantir que dispomos dos recursos financeiros, físicos e humanos para operar um sistema de justiça produtivo.

Não podemos fazer isto sozinhos, pelo que queremos continuar a trabalhar com os nossos parceiros de desenvolvimento e beneficiar da experiência e dos conhecimentos de outras nações para consolidar as nossas instituições de justiça.

Caros Amigos,

Quero aproveitar esta oportunidade para agradecer ao Ministro Conselheiro e Ministro do Planeamento e Investimento Estratégico, Xanana Gusmão, pelo seu discurso desta manhã, no qual falou do trabalho do g7+ em prol da construção da paz e da construção do Estado.

A nossa nação sente-se igualmente encorajada pela discussão da preparação da agenda de desenvolvimento pós-2015. Em particular, Timor-Leste regista com agrado o facto de as Nações Unidas considerarem a inclusão de um Objetivo de Desenvolvimento Sustentável para promover 'sociedades pacíficas e inclusivas em prol do desenvolvimento sustentável'. Isto é um reconhecimento de que sem dar resposta à fragilidade não é possível obter-se progresso em termos de desenvolvimento sustentável.

Ficámos muito satisfeitos por ter tido a oportunidade de explorar esta realidade na nossa sessão com os membros do g7+, onde falámos da necessidade de conseguir resiliência institucional e estrutural para garantir sustentabilidade nacional e a capacidade do Estado para prestar serviços sociais básicos.

Timor-Leste teve a honra de receber a Ministra do Planeamento e Cooperação Internacional da República Centro-Africana, Florence Limbio. A Senhora Ministra apresentou um excelente panorama dos desafios que se deparam às nações frágeis. Reforçou o facto de que, apesar de as nações do g7+ se encontrarem em fases distintas da superação da fragilidade, todas partilhamos o objetivo comum de construir um caminho rumo à resiliência. Deu também um exemplo importante da forma como a crise na República Centro-Africana aumentou a fragilidade institucional, o que tornou difícil para o Estado prestar serviços ao povo. Ficámos, no entanto, animados em relação ao processo de reconciliação que a Ministra delineou nesta nação membro do g7+.

Ouvimos uma história semelhante do Agente de Coordenação da Ajuda do Ministério das Finanças e Desenvolvimento Económico da Serra Leoa, Abdul Kaikai, que destacou a necessidade de resiliência institucional. Esta necessidade ficou demonstrada quando o ébola atingiu o seu país e as debilidades a nível de segurança e das instituições conduziram a uma crise nacional. Ficamos, porém, satisfeitos por ver que a Serra Leoa está a aumentar a sua resiliência e a sair desta crise terrível.

O ponto focal da República Democrática do Congo para o g7+, Theo Kanene, destacou também a necessidade de construção da paz e construção do Estado para obter resiliência e consolidação institucional.

Tivemos, ainda, o prazer de receber novamente no nosso país o Diretor de Coordenação da Ajuda do Sudão do Sul, Moses Mabior, embora estejamos tristes por saber que o conflito e a fragilidade persistem nesta nação membro do g7+.

O Secretário do Plano e Integração Regional da Guiné-Bissau, António Co, discursou também hoje e agradeceu a Timor-Leste pelo seu apoio à Guiné-Bissau na condução de

eleições justas e inclusivas. Este é um excelente exemplo de cooperação entre Estados frágeis para criar resiliência.

Esperemos continuar a desenvolver esta cooperação entre Estados frágeis na Reunião Ministerial do g7+, que vai ter lugar este ano no Afeganistão. Este foi um tema abordado pelo ponto focal do Afeganistão para o g7+, Moheb Jabarkhail, que falou igualmente da insistência do seu novo Governo na necessidade de paz como pré-condição para progressos a nível de desenvolvimento, e da importância da eficácia da ajuda e da cooperação com os parceiros de desenvolvimento.

Hoje, perante a nossa família do g7+, iniciámos também a segunda fase da Avaliação de Fragilidade em Timor-Leste, que nos irá ajudar a determinar o progresso do nosso país a nível de construção da paz e construção do Estado, bem como o nosso caminho rumo à resiliência.

Senhoras e senhores,

Tivemos ainda a grande sorte de ouvir o discurso do Dr. Mari Alkatiri, ex-Primeiro-Ministro e Presidente da Autoridade da Região Administrativa Especial de Oe-Cusse Ambeno e Presidente das Zonas Especiais de Economia Social de Mercado de Oe-Cusse Ambeno e Ataúro.

Esta Zona Especial é uma iniciativa inovadora que visa o desenvolvimento integrado, ligando aspetos sociais e económicos de mudança, a fim de conseguir crescimento sustentável e de melhorar os níveis de vida. Isto incluirá um foco no turismo e na indústria de modo a fortalecer a cultura, criar emprego e prestar serviços ao povo.

Este ano iremos igualmente celebrar o 500.<sup>o</sup> aniversário da chegada dos portugueses a Lifau, em Oe-cusse Ambeno, que marcou a nossa cultura e a nossa história. Contamos com a visão e o empenho do Dr. Mari Alkatiri para fazer desta celebração um sucesso.

Hoje o Governo lançou, também, a quinta publicação das Contas Nacionais de Timor-Leste 2000-2013. Estas contas foram lançadas pelo Ministro das Finanças Interino, Hélder Lopes, e pelo Diretor-Geral de Estatística, António Freitas. Contêm dados macroeconómicos importantes, incluindo produto interno bruto, rendimento nacional bruto e rendimento nacional bruto disponível.

As estatísticas contidas nesta publicação vão fornecer um retrato importante da situação da nossa economia e da nossa nação e ajudar-nos a desenvolver políticas governamentais para o futuro, com base em factos e elementos concretos.

Senhoras e senhores,

Gostaria de agradecer aos nossos parceiros de desenvolvimento por terem participado numa discussão produtiva e positiva sobre o futuro desenvolvimento de Timor-Leste.

Sei que se trabalharmos juntos nos nossos setores social, económico e de infraestruturas, bem como na boa governação institucional, podemos conseguir progressos muito positivos.

Juntos, acredito que podemos utilizar as discussões de hoje para construir a nossa nação e melhorar as vidas dos nossos cidadãos.

Desejo uma boa viagem àqueles que agora vão regressar aos seus países, mas antes disso gostaria de vos convidar a todos para o jantar que vamos oferecer esta noite.

Muito obrigado.

Dr. Rui Maria de Araújo  
6 de Junho de 2015